

Combate à desinformação, currículo escolar e educação midiática

Combating disinformation, school curriculum and media education

César Gomes

[ORCID: 0000-0003-3382-1633](https://orcid.org/0000-0003-3382-1633)

Resumo

Neste relato, abordarei a importância de incluir a educação midiática e a divulgação científica no currículo escolar, conforme exigido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil. Neste documento, há a sugestão que divulgadores científicos possam ministrar cursos de formação para professores ou assumir aulas sobre esses temas. A complexidade dos algoritmos de redes sociais, aliado ao hiperpartidarismo e a crise na confiança na mídia tradicional são desafios significativos e a educação de jovens e adolescentes, mesmo em contextos polarizados, pode melhorar a análise crítica de estudantes. Desta forma, argumentarei apontando que este é um bom direcionamento para pensarmos o combate à desinformação.

Palavras-chave: Combate à Desinformação. Base Nacional Comum Curricular. Currículo Escolar. Educação Midiática.

Abstract

In this report, I will discuss the importance of including media education and science communication in the school curriculum, as required by the Common National Curriculum Base (BNCC) in Brazil. In this document there is a suggestion that science communicators could teach training courses for teachers or take on classes on these topics. The complexity of social media algorithms, coupled with hyper-partisanship and the crisis of trust in traditional media are significant challenges and the education of young people and adolescents, even in polarized contexts, can improve students' critical analysis. In this way, I will argue that this is a good direction in which to think about combating disinformation

Keywords: Combating Disinformation. Common National Curriculum. School Curriculum. Media Education.

Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, gostaria de agradecer à organização do evento por ter me colocado num espaço bastante interessante e confortável. Faço minhas as palavras da Dayane Machado, também nunca fui tão bem tratado.

A minha fala aqui hoje é um pouco desafiadora porque ela vai seguir por uma outra linha. Eu falo isso porque eu, como educador e profissional da escola pública há 20 anos, trabalho muito com uma certa esperança incorrigível de que a educação vai mudar as coisas.

Eu me formei em 1995, fui para a sala de aula e fiquei durante muito tempo lá. Eu só voltei há poucos anos a estudar, fazendo especialização, mestrado e agora o doutorado. Sempre trabalhei com tecnologia na sala de aula, sempre usando a tecnologia e discutindo essas questões com os estudantes. Depois de um tempo vieram as questões das redes sociais e tal. E o meu ponto é exatamente esse, como a educação midiática pode ajudar a furar essa bolha?

Quando eu pergunto isso, eu noto que as discussões e os GTs daqui estão bastante voltados para o agora, mas a minha fala é para daqui a cinco anos — portanto, quem tem ansiedade pode se controlar —, ou seja, nós temos que pensar a sociedade em questão de educação para daqui a cinco anos. Se nós tivéssemos feito há cinco anos isso, talvez hoje a realidade fosse diferente.

Eu também não parto do modelo de déficit, que as pessoas que caem em “fake news” e em desinformação são pessoas que não têm informação, não têm conhecimento e tal; e também não falo de forma ingênua no sentido de achar que a educação midiática vai resolver o problema, porque não vai, sozinha. Tem algumas limitações nisso, como por exemplo, a questão da opacidade dos algoritmos, que ninguém sabe como eles são programados e quem sabe não conta, mas a gente tem uma ideia do que é privilegiado ou não, a questão da economia da atenção, etc. Mas isso não é claro para todo mundo.

Há o problema do hiperpartidarismo, que o mundo se dividiu em dois, ou seja, você tem a extrema direita fascista e aqueles que querem a democracia. Então, dependendo do campo em que a pessoa está, não vai adiantar a educação midiática para tirar ela disso, ela vai distribuir desinformação. Na eleição estadunidense de 2016, foi feita uma pesquisa em que 30% das pessoas compartilharam desinformação sabendo que era desinformação. Para essas pessoas, a educação midiática não tem efeito.

Você tem também uma crise de confiança na mídia tradicional muito grande. Então, se você pegar, desde a Revolução Francesa, passando pela imprensa amarela e edição do debate Collor x Lula, você vai ter vários momentos em que a imprensa pendeu para um dos lados por motivos políticos ou econômicos. E isso hoje se reflete muito numa questão que as pessoas dizem “ah, saiu em determinado canal, então não é confiável”. E a gente teve que defender essa mídia,

essa imprensa que, durante a pandemia da Covid-19, pelo menos se ateu aos fatos, mas que em vários outros momentos não dá para defender. Não podemos negar que é uma crise de confiança na mídia tradicional e que isso ajuda a atrapalhar.

Nós também temos a questão da regulação das plataformas, o PL 2630 está aí para mostrar. O letramento midiático de que eu falo, eu me baseio no autor britânico David Buckingham, que vai falar desse letramento crítico e da importância de ensinar para os estudantes, mas isso serve também para os adultos, de criar competências para interpretar sons e imagens e também ter essa leitura crítica na hora de produzir os seus produtos, porque hoje, com a internet, todo mundo é produtor de conteúdo. Basta ter um dispositivo à mão e uma conexão com a internet, que a pessoa é produtora. A ideia é desde cedo já educar esses meninos e meninas para que eles possam produzir o seu conteúdo.

Essa relação entre comunicação e educação não é nova, então, não estamos falando nada aqui fora da curva, fora da caixinha. Isso começa lá em 1920, com o Freinet, com o jornal escolar, que já introduziu isso dentro da sala de aula. Você tem Paulo Freire na comunicação e extensão de 1985, em que ele fala que comunicação é diálogo, na medida em que não é transferência de saber. Você tem o Mario Kaplum que, a partir das ideias de Paulo Freire, vai criar o termo Educomunicador, ou seja, que essa pessoa faz esse meio de campo entre a comunicação e a educação. Você tem ainda o Barbero, que vai criticar a centralidade do sistema educacional no livro didático, ou seja, que com a chegada das tecnologias digitais, você não precisa ficar só com o livro didático. Nós somos uma sociedade grafocêntrica, no entanto, nós temos outras linguagens que podem ser exploradas. E, finalmente, nos anos 80, o Professor Ismar Soares, do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da USP, vai também ressignificar essa educomunicação e vai trazer como que a escola pode trabalhar com os estudantes essa comunicação e essa educação.

Como fruto desse trabalho, eles criaram o programa Educom.radio, que foi implantado aqui nas escolas do município de São Paulo. Resumidamente, essas escolas e esse projeto ensinavam as crianças a produzir um programa de rádio com a tecnologia que tinha na época. E aqui estamos falando do ano de 2001. Ao produzir um programa jornalístico, as crianças se dão conta do processo, e, fatalmente, quando elas tiverem contato com uma informação, elas vão realmente pensar muito mais criticamente sobre o conteúdo e o teor desta informação.

Em 2004, a Prefeita Marta Suplicy transformou isso em lei, que foi conhecida como a lei do Educom, e hoje esse programa se chama Imprensa Jovem, aqui em São Paulo.

Em 2009, um professor da Universidade de Maryland, num curso de alfabetização midiática — e aí tem uma questão sobre alfabetização midiática e letramento midiático que a gente não precisa conversar aqui —, fez uma pesquisa com os estudantes dele e, resumidamente, aqueles

estudantes que passaram pelo curso tiveram uma melhora na identificação de conteúdos não-factuais quando comparados com outros alunos que não passaram por esse mesmo treinamento.

Há também um outro estudo de 2017, uma pesquisa do American Education Research Journal, que pegou estudantes de 15 a 27 anos com posicionamento político, possivelmente esquerda e direita, e submeteu esses estudantes a algumas notícias e informações. Então, o que é de se esperar? Que os estudantes que já têm uma posição definida vão considerar como verdadeiras as informações em relação ao seu campo e falsas as informações do outro campo. E foi exatamente isso que aconteceu também. Mas, houve uma boa notícia que foi: aqueles estudantes que passaram pela educação midiática tiveram um desempenho diferente, ou seja, eles apontaram as informações não-factuais, apesar de elas serem contra o seu campo político.

Esses são exemplos, claro, mas o que eu quero dizer é o seguinte: aqui existe um espaço para que a gente acredite na educação, sem pensar no modelo de déficit, como uma esperança para tudo isso que a gente vê que parece que não tem saída. E quando eu digo isso, eu não digo porque eu quero falar de algo novo, porque isso é lei.

Se você pegar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é a lei em que consta o conteúdo que os professores que estão em sala de aula hoje no Brasil devem ensinar, isso está na lei, isso é obrigação. Então, existe hoje o campo jornalístico-midiático. E é o campo jornalístico-midiático que vai discutir exatamente essas questões relacionadas ao ensino, à mídia e à educação.

Então, na BNCC temos descritas várias habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes, e cada uma dessas habilidades tem um código próprio (quem é professor ou professora sabe). Por exemplo, a habilidade EF69LP01 consiste em: *“Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso”*. Isso está na regra, o professor deve ensinar isso.

Tem uma outra habilidade, a EF89LP01 que consiste em: *“Analisar os interesses que movem o campo jornalístico, os efeitos das novas tecnologias no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria, de forma a poder desenvolver uma atitude crítica frente aos textos jornalísticos”*. Hoje o estudante tem obrigação de sair da escola sabendo isso e o professor, por sua vez, tem obrigação de ensinar.

Tem também um campo chamado Campo das Práticas de Estudos e Pesquisa, que trata da divulgação científica na escola. Sim, a divulgação científica deve ser ensinada na escola. Não é uma proposta, é uma lei, está lá na habilidade EF69LP29: *“Refletir sobre a relação entre os contextos de produção dos gêneros de divulgação científica – texto didático, artigo de divulgação científica, reportagem de divulgação científica, verbete de enciclopédia (impressa e digital),*

esquema, infográfico (estático e animado), relatório, relato multimidiático de campo, podcasts e vídeos variados de divulgação científica etc. – e os aspectos relativos à construção composicional e às marcas linguística características desses gêneros, de forma a ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.”.

Isso tudo tem que ser ensinado na escola e a gente ficaria aqui horas falando sobre isso.

Vou citar mais uma habilidade, a EF69LP33, que está relacionada com as práticas de divulgação e consiste em: *“Articular o verbal com os esquemas, infográficos, imagens variadas etc. na (re)construção dos sentidos dos textos de divulgação científica e retextualizar do discursivo para o esquemático – infográfico, esquema, tabela, gráfico, ilustração etc. – e, ao contrário, transformar o conteúdo das tabelas, esquemas, infográficos, ilustrações etc. em texto discursivo, como forma de ampliar as possibilidades de compreensão desses textos e analisar as características das multissemiões e dos gêneros em questão”.*

E aqui eu pergunto para vocês: o professor tem informação para isso? Evidentemente que não. Então ele está trabalhando essas habilidades? Evidentemente que também não. Eu estou na escola há 20 anos e não vejo as pessoas falando sobre isso. Ninguém está preocupado com isso.

Nós temos uma questão que foi bastante discutida aqui nos grupos, que é como a gente vai se financiar, como a gente vai se profissionalizar. Eu acho que essa é uma proposta bastante importante. Eu, na Secretaria de Educação de Valinhos, tenho tentado levar para a cidade um curso de formação de professores que aborde a divulgação científica. Venho tentando conversar com os secretários de educação, mostrando a importância da divulgação científica para os professores, já que agora eles também precisam trabalhar com a divulgação científica. As Secretarias de Educação têm 25% da verba para gastar com educação. E chega no final do ano, esse dinheiro não foi gasto. Quem sabe, então, isso não seja uma proposta para a gente pensar em cursos de formação para esses professores, mas também como forma de a gente financiar o nosso trabalho? Lá em Valinhos nós estamos trabalhando no sentido de colocar a divulgação científica e a educação midiática na grade curricular, assim como ocorre com português, matemática e outras disciplinas.

É uma briga, porque, logicamente, isso não está no escopo dos professores e aí tem que chamar pessoas de fora. E onde estão essas pessoas? Nesse ponto, eu também proponho que as faculdades criem linhas de pesquisa no campo da comunicação e da educação e que ofereçam cursos de 30h, 60h ou 90h para formar esses novos profissionais que poderão atuar formando novos professores, até mesmo na própria escola. Vejam, eu não estou pedindo nada demais, só que a lei seja cumprida.

Então, eu gostaria de encerrar minha fala citando a jornalista e pesquisadora Graça Caldas, que fala o seguinte: “[para realizar a leitura crítica da mídia é preciso] *Aprender sobre o mundo editado pela mídia, a ler além das aparências, a compreender a polifonia presente nos enunciados*

da narrativa jornalística [...] capacitar professores e alunos para entender os sentidos, o significado implícito no discurso da imprensa". Muito obrigado.

Sobre os autores

César Gomes

Mestre em Divulgação Científica e Cultural (Unicamp).

Coordenador de Tecnologia na Educação (Prefeitura municipal de Valinhos)

e-mail: c190374@dac.unicamp.br